

RO 1046-57.2010.5.03.0101 – Publicação: DEJT 17.01.2012

Relator: Juiz Convocado Mauro Cesar Silva

Recorrido: Ministério Público do Trabalho

EMENTA: ANULAÇÃO DE TAC - IMPOSSIBILIDADE. A validade de um ato jurídico se subordina a determinados requisitos, entre os quais a natureza do direito que o consagra, a capacidade da parte, sua livre manifestação, forma não prescrita em lei, entre outros. A manifestação de vontade há de ser isenta de qualquer vício de consentimento, sob pena de atrair o disposto no art. 171, II, do CCB, que dispõe ser anulável "...por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude contra credores".

DECISÃO: A Turma, unanimemente, conheceu do recurso. No mérito, sem divergência, negou-lhe provimento.